

Rodízio maldito

A saúde pública na cidade de São Paulo convive com a ameaça constante de um rodízio maldito. Na terça-feira, o pronto-socorro do Hospital São Paulo reabriu e chegou a vez de o PS da Santa Casa de Misericórdia manter-se de portas abertas, objeto da mesma compaixão. Os motivos, nos dois casos, são idênticos: falta de pagamento pelo Inamps dos serviços médicos prestados pelas instituições em outubro e novembro.

Depois de pagar Cr\$ 1,2 bilhão de juros a bancos públicos por empréstimos feitos em decorrência dos atrasos no repasse das verbas federais, a Santa Casa preferiu anunciar o fechamento do PS para não comprometer o atendimento do hospital. Nenhuma novidade na decisão de fechar ou de abrir. Quinhentos milhões de cruzeiros do Tesouro paulista entregues à Santa Casa e Cr\$ 2 bilhões ao Hospital São Paulo suspenderam por enquanto o rodízio maldito: os dois prontos-socorros permanecem abertos!

Insistir no que representa o fechamento do PS da Santa Casa — que atende 2,5

mil pessoas/dia — teria sentido, caso a opinião pública não estivesse acostumada à insensibilidade dos responsáveis por tamanha caos no setor da saúde pública. O presidente do Inamps, Ricardo Akel, longe de providenciar o pagamento dos serviços prestados em outubro e novembro (só com a Santa Casa são Cr\$ 2,4 bilhões de dívida, tendo sido pagos Cr\$ 480 milhões no dia em que o PS deveria fechar), optou por afirmar que São Paulo “é um Estado privilegiado” na distribuição dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), já que recebe “30% do valor total” repassado no País.

É preciso confrontar a atual contabilidade do Ministério da Saúde com o seu levantamento rotineiro de dados de junho último, que assinalou a queda no repasse das verbas do SUS para São Paulo de 30% para 23,16%, de março a maio deste ano! Depois, será que é preciso lembrar ao presidente do Inamps que a cidade de São Paulo tem a terceira maior taxa de crescimento populacional anual do mundo, 3,77%, abaixo somente de

Nova Delhi, com 3,93%, e de Ancara, com 3,86%? E que essa população não é composta de extraterrenos, mas de brasileiros fugitivos do cotidiano da pobreza além-divisas, que vêm nos serviços públicos de São Paulo um centro capaz de minorar seus males mais graves?

Os Cr\$ 220 bilhões devidos aos hospitais, referência setembro, foram pagos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, sem amparo legal. Os pagamentos de outubro e novembro ainda não têm previsão. A Federação Brasileira dos Hospitais alerta que 35% dos seus associados deixaram de atender internações conveniadas com o Inamps, tanto pelo atraso como pelo baixo valor pago. Como a rede hospitalar privada é responsável por mais de 70% do atendimento global, é fácil prever o que deverá acontecer se tudo continuar neste ritmo. Enquanto isso, o presidente do Inamps ora brinca de fazer intrigas políticas, ora anuncia como fantástico o “novo critério” em que o atraso cairá, se tudo der certo, “oficialmente”, de 45 para 25 dias!